



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO



AUTORIZAÇÃO SMMA/ULFA N° 015/2015

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei n° 5.793 de 28/07/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto n° 99.274, de 06/06/90 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), por meio da Resolução n° 179, de 26 de fevereiro de 2008 **AUTORIZA:**

IDENTIFICAÇÃO: Prefeitura Municipal do Rio Grande - Secretaria de Município de Infraestrutura

CNPJ: 88.566.872/0001-62

ENDEREÇO: Rua General Neto, n°34 – Bairro Centro – Rio Grande/RS.

a promover a atividade de: Abertura, Conservação ou Ampliação de Vias Urbanas (CODRAM 3457,20), através de Drenagem Pluvial.

1. Condições gerais:

- 1.1. Esta Autorização contempla exclusivamente a atividade de **Abertura, Conservação ou Ampliação de Vias Urbanas (CODRAM 3457,20)**, através de Drenagem Pluvial a ser realizada pela Secretaria de Município de Infraestrutura, no trecho compreendido entre as ruas Pedro de Sá Freitas e Saturnino de Brito, no segmento da entrada Hélice do Shopping Praça Rio Grande – 5R, Bairro São Miguel – Rio Grande, RS;
- 1.2. Esta Autorização contempla abertura de doze Bocas de Lobo entre as ruas Jockey Club e no segmento da entrada Hélice do Shopping Praça Rio Grande e Drenagem paralela a já existente, pela rua Pedro de Sá Freitas compreendendo cerca de 450 metros de rede, não sendo permitida outra atividade diferente da informada pelo empreendedor;
- 1.3. No caso de qualquer alteração nos procedimentos operacionais, incluindo a utilização de novos equipamentos, a SMMA deverá ser previamente informada;
- 1.4. O planejamento do empreendimento deverá respeitar as Áreas de Preservação Permanente definidas na Lei Federal N.º 12.651/2012 (Código Florestal), na Resolução CONAMA N.º 303/2002, nas Leis Estaduais N.º 9.519/1992 (Código Florestal Estadual), e N.º 11.520/2000 (Código Estadual do Meio Ambiente), bem como na Resolução CONSEMA 291/2015 e Lei Municipal 6585/2008 (Plano Diretor Municipal);
- 1.5. Caso seja necessário o uso de matérias minerais, as jazidas a serem utilizadas no empreendimento deverão possuir Licença Ambiental, de acordo com o Art. 22 do Decreto n° 98.812/1990, que regulamenta a Lei Federal n° 7.805/1989;



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO



- 1.6. O empreendedor será responsável por manter as condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente ou incômodos à população decorrentes da operação do empreendimento;
- 1.7. Durante a obra deverão ser implantados locais de passeio público aos transeuntes e veículos, devendo a sinalização ser realizada pela Secretaria de Município de Mobilidade Urbana e Acessibilidade;
- 1.8. De imediato, a empresa deverá sanar os danos à saúde humana e ao meio ambiente causados por acidentes durante a atividade;
- 1.9. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes;
- 1.10. Deverá ser entregue à SMMA, antes do início das obras, ART de execução. As atividades deverão ser conduzidas por um Responsável Técnico;
- 1.11. Ao término das intervenções o empreendedor deverá apresentar à SMMA Relatório Técnico e Fotográfico contemplando o início e final das atividades, com ART em anexo;
- 1.12. Ressalta-se que a SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, segundo a Lei 6.365/2007, em seu Art, 12

2. **Quanto à fauna e flora:**

- 2.1. Não poderá haver qualquer atividade de supressão de vegetação arbórea nativa na área em questão, de acordo com a Lei Estadual n.º 9.519/92, Artigo 6º (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul);
- 2.2. Na necessidade de intervenção deverá ser requerida prévia autorização ambiental junto à SMMA e a compensação deverá ser efetuada de acordo com os critérios técnicos descritos no Art. 23 da Lei Municipal 6.832/2009.
- 2.3. Não poderá haver qualquer atividade de intervenção na área em questão, se constatada a presença de fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, de acordo com as Leis Federais n.º 5.197/1976 - Lei de Proteção à Fauna e n.º 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais e demais legislações pertinentes;
- 2.4. Na necessidade de intervenção a SMMA deverá ser previamente comunicada, assim como, a autorização ambiental para o manejo, quando for o caso, deverá ser requerida junto ao órgão ambiental competente.

3. **Quanto aos níveis de ruído:**

- 3.1. Deverão ser controladas as vibrações mecânicas geradas durante as atividades, de modo a não causar incômodos à vizinhança;
- 3.2. Os níveis de ruído gerados pela atividade deverão estar de acordo com as NBRs 10.151/2000 e 10.152/2000, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA 01/1990.



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO



4. Quanto às emissões atmosféricas:

- 4.1. As atividades de construção deverão ser conduzidas de forma a evitar a emissão de material particulado visível para a atmosfera sendo que os depósitos de materiais deverão ser cobertos e realizada periodicamente aspersão de água em estradas e acessos;
- 4.2. O empreendedor deverá promover a manutenção periódica e preventiva dos equipamentos e veículos a fim de controlar a emissão de poluentes.

5. Quanto aos resíduos sólidos:

- 5.1. Na gestão e gerenciamento de resíduos, segundo Art 35 do Decreto 7.404/2010, o qual regulamenta a Lei 12.305/2010, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- 5.2. Os resíduos gerados durante as obras deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária na área objeto deste licenciamento, observando a NBR 10.004/2004, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;
- 5.3. Deverá ser implantada uma área específica para o armazenamento de resíduos sólidos recicláveis, devidamente identificada, visando fomentar a separação dos resíduos por parte dos funcionários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;
- 5.4. Os resíduos da construção civil, gerados durante as obras de implantação do empreendimento, deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA N.º 307/2002.
- 5.5. Não poderão ser dispostos ou destinados resíduos ou rejeitos em praias, no mar, ou qualquer corpo hídrico, *in natura* a céu aberto ou outras formas vedadas pelo poder público;
- 5.6. É proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão ambiental competente do Estado, conforme parágrafo 3º do artigo 19 do Decreto Estadual nº 38.356/1998;
- 5.7. As lâmpadas fluorescentes usadas deverão ser armazenadas íntegras, embaladas individualmente, em papel ou papelão de origem e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação;
- 5.8. A empresa deverá verificar e manter cópia da licença ambiental das empresas para as quais seus resíduos serão encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o artigo 9º do Decreto 38.356/98, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de terceiros;
- 5.9. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final/ disposição de resíduos não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos/rejeitos;
- 5.10. Deverá ser entregue à SMMA Planilha Movimentação de Resíduos, contendo relação



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO



completa dos resíduos gerados/destinados **durante a obra** (dados do destinatário, data da entrega, tipo de resíduo e quantidade, assinatura do gerador e do responsável pelo recebimento e número da Licença Ambiental do local de recebimento);

- 5.11. O empreendedor deverá se adequar a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado destes resíduos.**

6. Quanto à drenagem pluvial:

- 6.1.** Não será permitido lançamento de águas pluviais no sistema de esgotamento sanitário;
6.2. Não será permitido lançamento de esgotamento sanitário no sistema de esgotamento de águas pluviais.

7. Quanto às Instalações Provisórias:

- 7.1.** A água a ser utilizada para o desenvolvimento das atividades da obra deverá ser fornecida pela Companhia Rio Grandense de Saneamento – Corsan, Unidade de Saneamento de Rio Grande/RS;
7.2. A utilização de água subterrânea só será permitida mediante apresentação da outorga do uso da água emitida pelo Departamento de Recursos Hídricos no SEMA;
7.3. A entrada provisória de energia deverá adotar todos os procedimentos de segurança exigido pela NR 10 e pela concessionária de energia;
7.4. O esgotamento sanitário das instalações provisórias do canteiro de obras deverá atender as Normas Regulamentadoras e as Legislações Vigentes;
7.5. Caso o empreendedor adote locação dos banheiros químicos a empresa responsável pelos banheiros químicos deverá estar devidamente licenciada e o empreendedor deverá apresentar a licença ambiental da empresa responsável pela locação dos banheiros químicos;
7.6. O empreendedor deverá manter os acessos internos e externos sinalizados e as instalações do empreendimento organizadas, limpas e em bom estado de higiene, especialmente as vias de circulação e passagens, coletando e renovando regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

8. Quanto à Movimentação de Terra (corte e aterro):

- 8.1.** Deverá ser mantida a rotatividade de utilização do material depositado, de forma a garantir a segurança e operacionalidade das áreas;
8.2. O material utilizado para os serviços de aterro deve ser procedente de depósitos devidamente licenciados;
8.3. Os resíduos provenientes da movimentação de terra (corte) devem ser descartados em locais predefinido e devidamente licenciados;



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO



- 8.4. Não será permitido aterro com lixo, material contaminado por produtos químicos e ou biológicos (vetores e microvetores);
- 8.5. O empreendedor deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais.

9. Quanto aos Riscos Ambientais e à Segurança:


- 9.1. Deverão ser atendidas as exigências da portaria do MTB Nº 3.214/1978 que aprova as Normas Regulamentadoras - NR's - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina no Trabalho, principalmente no que tange aos Riscos Ambientais.

Esta autorização perderá sua validade caso alguma das condições ou restrições acima estabelecidas seja descumprida.

Esta autorização não dispensará nem substituirá quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui quaisquer outras licenças ambientais.

A autorização possuirá validade de 06 (seis) meses a contar da data de emissão e deverá ser acompanhada por vistorias técnicas até o término da intervenção.

Rio Grande, 08 de junho de 2015.



Sandro Ari Andrade de Miranda
Secretario de Municipio do Meio Ambiente